



CIEA7 #19:

A DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL DA GUERRA COLONIAL EM ÁFRICA: ANGOLA, GUINÉ-BISSAU E MOÇAMBIQUE (1961-1974).

Sandra Araújo[©]

sandraraujo.xx@gmail.com

“Saber é Poder”:

o ‘Questionário – Islamismo’ e a governança do Islão em Moçambique (1966-1967)¹

Em meados da década de 1960 no contexto multi-étnico e multi-religioso de Moçambique foi desenhada uma estratégia de aproximação às comunidades muçulmanas, com o objectivo da sua mobilização político-militar pela administração colonial portuguesa. O questionário desenhado por Fernando Amaro Monteiro, em 1965, e levado a cabo, em 1966/67, foi um dos seus elementos fundamentais. Teve como finalidade identificar e caracterizar os dignitários islâmicos, hierarquias, lideranças e mecanismos de comunicação, a eventual permeabilidade a influências cristãs, elementos que se destinavam a uma posterior exploração pelo poder colonial.

As múltiplas leituras e possibilidades de tratamento que suscita, em virtude do manancial de informações veiculado, impõem uma reflexão multidimensional que contribui para explorar o espaço dos dispositivos, agências e mediadores de saber na administração colonial portuguesa, a sua operatividade na definição de estratégias de governança, bem como a avaliação das limitações e potencialidades epistemológicas deste dispositivo de conhecimento.

Moçambique, Islão, Governança.

[©] CRIA/UNL – Centro em Rede de Investigação em Antropologia – Universidade Nova de Lisboa.

¹ Este texto resulta de investigação, ainda em curso, desenvolvida no projecto “*Muçulmanos sob Pressão*”: das microscopias locais às dinâmicas geo-políticas do sistema-mundo colonial e pós-colonial, (PTDC/ANT/71673/2006) coordenado por Susana Trovão. Foi neste contexto e durante o período em que decorreu a recolha documental no IANTT-SCCIM (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – Serviços de Centralização e Coordenação de Moçambique) que, com o apoio e experiência da equipa de investigação nomeadamente, de José Gabriel Pereira Bastos e sob a supervisão de Mário Machaqueiro, iniciei a recolha das respostas a este questionário. Cabe ainda agradecer a Fernando Amaro Monteiro a disponibilidade revelada no esclarecimento de dúvidas e questões.

OBJECTIVOS

O “Questionário – Islamismo em Moçambique” foi um dos elementos que concorreu para a formulação da estratégia política de aproximação e governança dos muçulmanos de Moçambique, durante a luta de libertação (1964-1974). Neste sentido, o enfoque analítico deste texto incide sobre a exploração deste dispositivo de conhecimento promovido pela administração colonial portuguesa, tendo em conta que: i) derivou de categorias, imagens e representações coloniais, que podem ser encontradas quer no seu desenho, quer na recolha e mediação levada a cabo pelos administradores de posto; ii) constituiu um instrumento epistemologicamente híbrido, situado na articulação tensional entre a Antropologia e a *intelligence*, de onde decorre a necessidade de avaliar as limitações e potencialidades epistemológicas dos resultados obtidos, bem como o papel desempenhado pela informação coligida, na estruturação de políticas e práticas de governança no contexto colonial moçambicano; iii) finalmente, esta iniciativa concorre ainda para explorar o espaço dos dispositivos, agências e mediadores de saber na administração colonial portuguesa e a sua operatividade na definição de estratégias de governança.

O ISLÃO EM MOÇAMBIQUE: SABERES, MEDIAÇÕES E GOVERNANÇA EM CONTEXTO COLONIAL

No contexto multi-étnico e multi-religioso do Moçambique colonial as comunidades islâmicas foram duradoura e persistentemente percepcionadas como ameaças ao poder e dominação portuguesas. Esta imagem perdurou, durante o Estado Novo (1933-1974), especialmente até ao início da luta de libertação nacional em Moçambique (1964). Neste contexto, à antinomia entre Islão e portugalidade (Vakil, 2003: 257) corresponderam a persistência de um espírito de *cruzada* favorecido pelo vínculo entre catolicismo e nacionalidade, acentuado pela situação de excepção nas relações entre o Estado Novo e a Igreja Católica². Estes factores concorreram para que as comunidades islâmicas, em expansão (Alpers, 1999: 167), tenham sido percepcionadas como anti-portuguesas e anti-católicas e os muçulmanos como infiéis, com uma influência perniciosa sobre a maioria animista (Macagno, 2006: 89).

² Apesar da separação jurídica formal entre o Estado e Igreja Católica, o catolicismo era, na prática, a religião da ‘Nação Portuguesa’, e esteve profundamente envolvida na dominação colonial, sobretudo após a assinatura da Concordata e Acordo Missionário (1940) bem como pela promulgação do Estatuto Missionário (1941) (Macagno, 2006: 89).

As práticas de governança colonial para com os muçulmanos de Moçambique oscilaram entre a repressão e a tolerância vigiada³. A natureza policial do regime, aliada a uma percepção paranóide relativamente a ameaças reais ou imaginárias à segurança e interesse nacionais (Alexandre, 2000: 181), implicava a existência de agências de vigilância e repressão, bem como de dispositivos e agentes de produção de conhecimento. Não só académicos, intelectuais e missionários constituíram produtores e mediadores de um *corpus* de saberes acerca das populações, mas também a administração colonial local, polícia e agências de informações foram instâncias de produção de conhecimento, persuasão, vigilância e repressão (Bayly, 1993: 12).

Até ao pós-guerra, eram poucos os administradores locais e inspetores coloniais, intelectuais e ideólogos familiarizados com o Islão. No escasso conhecimento que possuíam veiculavam representações negativas e profundos preconceitos⁴, enquadrados pelo etnocentrismo e darwinismo social dominantes (Castelo, 1999). Eram unânimes ao chamarem a atenção das autoridades para a ‘ameaça islâmica’ e ao aconselharem a vigilância destas comunidades e dos seus líderes religiosos. A maioria advogava, no entanto, que medidas ‘duras’ ou repressivas e confronto aberto deveriam ser evitados pois podiam reforçar o sentido identitário destas comunidades e encorajar a sua animosidade relativamente à administração portuguesa⁵. Não obstante, esta aparente tolerância ocorreram vários episódios de repressão durante a vigência do regime do Estado Novo (Alpers, 1999: 167; 175-176).

A partir da década de 1950, sob o impacto do anti-colonialismo e pan-islamismo, operou-se um esvaziamento religioso do Islão e a sua concomitante consideração pelas autoridades coloniais e estudiosos, como um fenómeno político, ideológico e étnico. O Islamismo passou a ser concebido como um perigo comparável ao comunismo e nacionalismo africano (Alpers, 1999: 165; Vakil, 2004: 25). Neste contexto, informação, conhecimento e mediadores no terreno tornaram-se crescentemente determinantes para a definição de estratégias de governança. Daí que, de meados da década de 1950 até ao início da guerra em Angola (1961), a administração colonial tenha estabelecido e desenvolvido, nas colónias, as suas

³ Encerramento de mesquitas em Porto Amélia (Distrito de Cabo Delgado), em Março de 1937. Contudo, as autoridades perceberam os efeitos perniciosos destas medidas e estas foram retiradas no ano seguinte (Alpers, 1999: 167).

⁴ Para um maior desenvolvimento desta temática ver a comunicação de Mário Machaqueiro, “*Representações do Islão no Período da Guerra Colonial: do Muçulmano-Ameaça ao Muçulmano-Aliado*”

⁵ De resto, no distrito de Moçambique onde os muçulmanos constituíam a larga maioria da população, eram tolerados pelas autoridades (Alpers, 1999: 167).

agências e dispositivos de informação, vigilância e repressão⁶. Por outro lado, foram levadas a cabo algumas iniciativas de estudo, com origem no meio académico e instâncias governamentais, ligadas à administração civil, missionação e meios militares, para promoção e incremento do conhecimento empírico acerca das realidades locais⁷, nas quais se inseria o fenómeno religioso e cultural islâmico. Concomitantemente, em várias ocasiões e instâncias, começou a advogar-se a necessidade do aprofundamento e desenvolvimento de estudos sobre o Islamismo e aumentou substancialmente o número de trabalhos dedicados ao tema.

GOVERNANÇA EM TEMPO DE GUERRA: “MUÇULMANOS PORTUGUESES” A MUDANÇA DE UM PARADIGMA

O início das lutas de libertação em Angola (1961), Guiné (1963) e Moçambique (1964) colocou em causa o mito da coexistência pacífica no seio do império colonial português, multirracial e acidentalmente transcontinental, bem como a propaganda política que, desde meados de 1950, foi progressivamente dominada pelo ideário Luso-Tropical⁸ (Castelo: 1999: 25; 38). A mesma conjuntura estimulou a reorganização da administração e política coloniais⁹, visando a eliminação dos traços mais arcaicos e discriminatórios do sistema nomeadamente, a abolição do estatuto do indígena, em 6 de Setembro de 1961 (Souto, 2007).

Em Moçambique, após o início da luta de libertação (1964), no quadro da prossecução de uma guerra em três frentes, foi traçada uma ambiciosa estratégia política¹⁰ de aproximação aos muçulmanos de Moçambique. Esta foi integrada no

⁶ Formalmente, em 1954, e efectivamente, em 1957, são estabelecidos os ramos da PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado, em Angola e Moçambique. E, em Junho de 1961, são criados os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola e Moçambique.

⁷ Seguem alguns exemplos, uma enumeração que não pretende ser exaustiva: à criação do Centro de Estudos Políticos e Sociais do Ultramar – CEPUS/ISCSPU, em 1956, dirigido por Adriano Moreira (1922-...) sucede-se a promulgação de uma portaria em 1957, que cria no seio do referido Centro, as Missões de Estudo das Minorias Étnicas do Ultramar Português, chefiadas pelo Antropólogo Jorge Dias (1907-1973), que já havia estado, em 1956, no Norte de Moçambique. Realizam-se duas missões de estudo em 1959 e 1960; Em 1959, a criação da Comissão para o Estudo dos Problemas de Ordem Social no Meio Indígena; Em 1960, o Ministério do Ultramar, envia o Padre Missionário Albano Mendes Pedro em missão ao norte Moçambique, com objectivo de produzir um estudo sobre o Islão; no mesmo ano é criado na Sociedade de Geografia de Lisboa, o “Grupo de Estudos sobre a Influência Árabe-Muçulmana nos Territórios Ultramarinos”, chefiado por José Júlio Gonçalves.

⁸ Teoria desenvolvida pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987).

⁹ As reformas foram levadas a cabo por Adriano Moreira (1922-...), titular da pasta do Ultramar de 13-4-1961 a 04-12-1962.

¹⁰ Seguimos o conceito de estratégia de Michel Foucault: (...) *the way in which the conducts of individuals or groups might be directed (...) with the goal (...) to structure the possible field of action of other. (...) the totality of means put into operation to implement power effectively or to maintain it. (...) a manner in which a partner in a certain game acts with regard to what he thinks should be the action of the others and what he thinks the other to think to be his own; (...) the procedures used in a situation of confrontation to deprive the opponent of his means of combat and to reduce him to giving up the struggle; (...) to obtain victory. These three meanings come together in situations of confrontation (...) where the objective is to*

âmbito da “Acção Psicológica”, conduziu a uma alteração oficial do paradigma das representações dos muçulmanos, das relações entre estas comunidades e as autoridades coloniais (Vakil, 2004: 28) e significou a quebra oficial do vínculo entre religião católica e nacionalidade portuguesa (Cahen, 2000: 552)

O objectivo consistia na mobilização (política e militar) das lideranças e comunidades islâmicas para o apoio aos interesses portugueses. Daqui decorreram o reconhecimento oficial da presença do Islão em África, enquanto fenómeno religioso, bem como a admissão da relevância política destas comunidades no contexto da Guerra (Vakil, 2003: 272; Machaqueiro, 2010: 16). A estratégia gizada destinava-se a evitar a alienação dos muçulmanos relativamente ao poder português, a conquistar o seu apoio contra a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e dependeu em boa parte da cooperação de elementos locais¹¹. Nestas circunstâncias, as relações de poder geradas foram marcadas pela ambivalência, exploração mútua de interesses e suspeição. Os muçulmanos tornaram-se “portugueses”, “controláveis” e “aliados” estratégicos das autoridades coloniais (Machaqueiro, 2010: 1; 17).

Fernando Amaro Monteiro, ao serviço dos SCCIM (Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique), desde Julho de 1965 a Abril de 1970, foi o autor de uma estratégia composta por quatro fases: i) ‘*detecção*’: recolha de informação acerca das comunidades islâmicas em Moçambique, suas estruturas de liderança, mecanismos de comunicação e conexões transnacionais; ii) ‘*captação*’, ‘*atração*’, ‘*sedução*’ dos muçulmanos através de actos e cerimónias públicas de reconhecimento e respeito do Islão pelo poder colonial; iii) ‘*comprometimento*’: persuasão dos líderes e dignitários religiosos islâmicos para o apoio público à administração colonial portuguesa; iv) ‘*accionamento*’, ‘*mobilização*’ através da influência dos líderes religiosos e dignitários, envolver as populações Islâmicas em actividades anti-subversivas e eventualmente, na criação de milícias compostas exclusivamente por muçulmanos (Monteiro, 1989: 84-89).

Paralelamente, a comunidade islâmica foi alvo de *dividing practices* (Foucault, 1982: 777-778) com o objectivo de controlar e influenciar as ligações e redes de comunicação com centros islâmicos no estrangeiro, preservar a distinção entre “Islão Negro/Africano” e “Islão Asiático”, evitando os seus contactos e coesão identitária com base no factor religioso e/ou o surgimento de uma *perigosa* liderança Muçulmana Asiática em Moçambique (Machaqueiro, 2010: 17).

act upon the adversary in such a manner as to render the struggle impossible for him. (...) the totality of means put into operation to implement power effectively or to maintain it. (Foucault, 1982:790; 793).

¹¹ Seguimos Bayly, para quem as políticas indígenas (...) were constituted to an unusual degree through their networks of espionage and information (...) (Bayly, 1993: 5)

'DETECÇÃO' – O QUESTIONÁRIO CONFIDENCIAL SOBRE O ISLAMISMO (1966/67)

Conforme foi mencionado, informação e recolha de dados foram um dos elementos centrais da aproximação estratégica aos muçulmanos de Moçambique. O conhecimento empírico foi essencial para a definição dos termos da instrumentalização política destas comunidades (seu campo de acção e influência), medição da sua *contaminação* pelos movimentos subversivos e animosidade relativamente ao poder português. Para atingir este objectivo, foi desenhando um extenso questionário confidencial sobre o Islamismo em Moçambique¹². Iniciativa que foi já avaliada como uma (...) *espécie de Antropologia colonial aplicada* (...) (Macagno, 2006: 94).

O “Questionário – Islamismo em Moçambique” foi desenvolvido pelos SCCIM, desenhado por Fernando Amaro Monteiro, em finais de 1965 (Novembro/Dezembro)¹³ e patenteia conhecimento e familiaridade com a doutrina islâmica assim como das suas dinâmicas, em Moçambique (Alpers, 1999: 173).

Foi difundido em Fevereiro de 1966 e aplicado em todos os Postos Administrativos da colónia de Moçambique, durante 1966 e 1967, a um total de 707 inquiridos (Monteiro, 1992: 132) do universo do *Islão Sunita Africano*¹⁴. Teve como alvo as lideranças muçulmanas (Sheiks, Imames, Califas, Xarifos, etc.) bem como outros dignitários e/ou crentes que dentro da comunidade fossem, reconhecidamente, detentores de prestígio e/ou conhecimento.

A finalidade consistia em identificar e caracterizar os dignitários islâmicos, hierarquias, lideranças e mecanismos de comunicação, a sua eventual permeabilidade a influências cristãs para exploração pelo poder colonial para efeitos de propaganda, reforçando a proximidade entre os imaginários islâmico e cristão, e estimulando articulações em lugar de rupturas. Política e operacionalmente, este dispositivo visava o propósito de conhecer as lideranças islâmicas para posteriormente, as comprometer no esforço de guerra.

A recolha da informação deveria ser conduzida sob o princípio da objectividade e imparcialidade. As indicações dadas, neste sentido, aos Administradores de Posto foram claras: *Os interrogatórios devem ser conduzidos sem que transpareça qualquer*

¹² 02/1966, “Questionário e Notas Anexas – Islamismo em Moçambique”, IANTT - SCCIM, n.º 408, fls. 12-21.

¹³ Entrevista a Fernando Amaro Monteiro, realizada no âmbito do projecto *Muçulmanos sob Pressão*, em 2010.

¹⁴ O questionário excluía o Islão Xiita (no caso de Moçambique, a comunidade Ismaelita), em número reduzido, dificilmente instrumentalizável pelas autoridades e com um impacto reduzido sobre a comunidade islâmica de Moçambique, cuja maioria era Sunita. Entrevista a Fernando Amaro Monteiro, realizada no âmbito do projecto *Muçulmanos sob Pressão*, em 2010.

*atitude desfavorável do inquiridor em relação ao credo dos inquiridos, com vista a colher resultados tão objectivos quanto possíveis*¹⁵.

Uma estrutura ‘infernai’¹⁶: um questionário ou um interrogatório?

Fernando Amaro Monteiro admite actualmente que o questionário era ‘*infernai*’ tanto para o inquirido como para o inquiridor, devido à sua extensão e estrutura¹⁷. Na construção do questionário recorreu a *expedientes* usados em interrogatórios, no sentido em que pretendeu criar uma dinâmica de *compressão/ descompressão/ compressão/ surpresa*, que se destinava a facilitar o rastreamento de contradições nas respostas dos inquiridos e a evitar fugas nas respostas¹⁸. A ordem das questões e as várias formulações dentro das mesmas temáticas não era inócua. De resto, assuntos sensíveis como lideranças, hierarquias, ligações e redes (internas e externas), propriedade colectiva e *Guerra Santa* foram colocados estrategicamente junto de temas de natureza etnográfica (aspectos doutrinários e práticas rituais). A neutralidade das últimas concorria para camuflar a natureza política das primeiras. A aparência etnográfica e antropológica do estudo era uma forma de tentar obter respostas que pudessem contribuir para a identificação dos líderes muçulmanos realmente influentes, com o propósito de os utilizar no quadro da “Acção Psicológica”.

O questionário era extenso. Composto por cinco secções, trinta questões e várias alíneas. As primeiras quatro secções destinavam-se a obter respostas dos muçulmanos inquiridos e a quinta consistia numa avaliação genérica do inquirido, um *Juízo Ampliativo*, elaborado pelos inquiridores. O *Juízo Ampliativo* é um recurso particularmente importante para o estudo da percepção dos Administradores de Posto acerca da lealdade dos muçulmanos inquiridos relativamente à soberania portuguesa bem como das imagens, representações e categorias coloniais destes mediadores, que aí revelam o seu escasso conhecimento acerca do Islão, expõem os seus preconceitos, medos e suspeições. Finalmente, é uma preciosa fonte para o estudo das imagens veiculadas pelos administradores locais relativamente à convivência e tolerância inter-religiosa entre muçulmanos, animistas e cristãos.

¹⁵ 02/1966, “Questionário e Notas Anexas – Islamismo em Moçambique”, IANTT - SCCIM, n.º 408, fl. 12.

¹⁶ Entrevista a Fernando Amaro Monteiro, realizada no âmbito do projecto *Muçulmanos sob Pressão* em 2010.

¹⁷ Entrevista a Fernando Amaro Monteiro, realizada no âmbito do projecto *Muçulmanos sob Pressão*, em 2010.

¹⁸ Entrevista realizada por Abdoolkarim Vakil a Fernando Amaro Monteiro (não publicada).

Identificação genérica do inquirido
Relações e dinâmicas familiares
Educação e habilitações (ensino religioso e oficial)
Aptidões linguísticas
Hierarquias e subordinação religiosa, ligações e redes (Moçambique)
Lideranças islâmicas (Moçambique)
Hierarquias e subordinação religiosa, ligações e redes (externas)
Sincretismo Religioso (doutrinário, linguístico e práticas religiosas)
Doutrina Islâmica: crenças, práticas rituais e interditos
Islão e Animismo
Islão e Etnicidade (tradições 'Tribais')
Propaganda e difusão do Islão
Locais de culto e de educação religiosa
Posse, leitura, familiaridade e circulação de livros sagrados e propaganda religiosa
Avaliação genérica da autoridade administrativa

Quadro 1: Conteúdos e temas cobertos pelo Questionário. Legenda: Tabela elaborada a partir do documento "Questionário e Notas Anexas – Islamismo em Moçambique", 02/1966, IANTT - SCCIM, n.º 408, fls. 19-21.

A execução do questionário: recolha, mediadores e validade dos dados

A execução do questionário foi pautada por várias dificuldades que revelam conflitos, contradições, heterogeneidade e fracturas internas no seio da administração colonial portuguesa.

Enviado às autoridades locais, em Fevereiro de 1966, conjuntamente com um conjunto de recomendações e notas explicativas acerca de aspectos doutrinários, práticas rituais, ensino religioso e lideranças¹⁹. A necessidade de clarificar e elucidar os agentes responsáveis pela sua execução no terreno constitui um primeiro sintoma da falta de preparação dos mediadores para uma recolha de dados consistente. Facto que foi sublinhado em várias cartas enviadas aos serviços de informação.

O Administrador do Posto de Bajone (Distrito da Zambézia) lamentou a falta de meios para conduzir o questionário e compreender as respostas obtidas, bem como a falta de tempo para o fazer de forma rigorosa²⁰. Não era uma voz isolada. José Peralta, governador do Distrito de Inhambane, acentuou as mesmas questões e

¹⁹ 02/1966, "Questionário e Notas Anexas – Islamismo em Moçambique", IANTT - SCCIM, n.º 408, fls. 19-21.

²⁰ 22-11-1966, Carta enviada por António da Costa Furtado, Administrador de Posto Administrativo do Bajone, Concelho de Maganja da Costa, Distrito da Zambézia, IANTT – SCCIM, n.º 415, fl. 117.

adiantou a sua intenção de produzir uma *autêntica dissertação* sobre o tema²¹. Recebeu uma resposta dura, contendo as seguintes instruções: a sua função consistia em recolher e enviar as respostas, por isso não havia necessidade de consultar uma vasta bibliografia, dado que o estudo era da responsabilidade dos serviços de informação. Um estudo confidencial, que excedia o âmbito das duas suas competências²².

A documentação consultada revela que a implementação do questionário sofreu atrasos. Um ano após a sua difusão, vários postos administrativos não haviam ainda enviado os resultados e os serviços de informação alertaram então para o impacto negativo provocado por esta situação que afectava a definição da estratégia a seguir relativamente aos muçulmanos e inclusivamente para a possibilidade de perda de validade dos dados, provocada pela demora no envio das respostas²³.

A guerra e a actividade da FRELIMO tiveram também impacto na execução do questionário²⁴. O conflito gerou uma atmosfera de desconfiança e simultaneamente, ditou a urgência na obtenção dos dados necessários para a implementação da estratégia de *Ação Psicológica*. Estes factores, aliados ao facto de os Administradores de Posto serem as faces mais visíveis de uma administração colonial, autoritária e repressiva, devem ser tidos em conta, pois certamente contribuíram para pôr em causa subtilezas metodológicas (Macagno, 2006: 95-96) e tiveram um impacto directo na recolha e no rigor dos dados.

Fernando Amaro Monteiro informa que não houve recurso a práticas coercivas para a obtenção das respostas ao questionário e que a selecção dos dignitários foi encarada, pelos próprios muçulmanos, como um factor de diferenciação e prestígio no seio da comunidade²⁵. No entanto, a intrusão dos inquiridores, os mediadores entre os serviços de informação e os inquiridos, é inegável e assumiu variadas formas. As

²¹ 07-10-1966, Ofício n.º 757/SDI/1/3, Confidencial, enviado por José Dinis P. Salvador Peralta, Médico de 1.ª classe, Governador do Distrito de Inhambane ao Director de Serviços dos SCCIM, sobre o “Questionário Islamismo”, IANTT-SCCIM, n.º 409, fls. 19-20.

²² a) *Seja o signatário da nota esclarecido de que lhe não fora cometida nenhuma ‘autêntica dissertação’, mas apenas, que remetesse as respostas ao questionário que lhe era enviado. São os SCCIM alheios a intenções particulares, como as expressas na mesma nota – e ponderam que aquele questionário constitui matéria classificada, com todas as implicações daí decorrentes; b) A aplicação do questionário não requeria ‘a consulta de uma vasta bibliografia’, mas simplesmente a das notas que lhe seguem anexas.*

Cabe aos inquiridores transmitirem as respostas dos inquiridos – sendo a interpretação e estudo efectuados nos SCCIM; (...). 20-10-1966, Ofício n.º 1674, Confidencial, enviado por Eugénio José de Castro Spranger, Adjunto, Substituto do Director de Serviços dos SCCIM, ao Governador do Distrito de Inhambane, IANTT- SCIMM, n.º 409, fl. 14.

²³ 09-02-1967, Informação, n.º 3/967, Confidencial, Fernando da Costa Freire (Major), Director dos Serviços, relativa ao “Estudo do problema Islâmico na Província” IANTT – SCCIM, n.º 408, fls. 5-10.

²⁴ 24-11-1966, Ofício, n.º 529/A/20, enviada por Fernando Manuel da Silva Calçada Bastos, Administrador da Circunscrição do Lago, Distrito do Niassa ao Director dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações, Lourenço Marques, em que associação os atrasos no envio das respostas ao questionário à acção dos movimentos subversivos, IANTT – SCCIM, n.º 408, fl. 465.

²⁵ Entrevista a Fernando Amaro Monteiro, realizada no âmbito do projecto *Muçulmanos sob Pressão*, em 2010.

avaliações elaboradas pelos administradores de posto durante a recolha de dados, revelam como a observação empírica foi influenciada pela persistência de representações negativas eivadas pelo preconceito. Aliás, um dos mais importantes elementos veiculados por deste questionário, enquanto fonte histórica, reside precisamente no facto de revelar a persistência de tais imagens.

Em alguns casos, as autoridades locais comunicaram aos SCCIM o escasso e superficial conhecimento da doutrina islâmica revelado pelos muçulmanos inquiridos e declararam que estes eram incapazes de responder adequadamente ao questionário²⁶. Na circunscrição de Mopeia, o administrador de posto notificou que não existiam muçulmanos na sua área administrativa nos seguintes termos: (...) *na área desta divisão administrativa não existem, felizmente, quaisquer indivíduos nas condições indicadas (...)*²⁷. Sublinhe-se o *felizmente*.

Em Tete, o administrador ao invés das respostas ao questionário enviou apenas a sua avaliação genérica acerca dos muçulmanos aí residentes, transmitindo as seguintes informações aos SCCIM: (...) *conhecendo-se apenas quatro indivíduos que se dizem crentes maometanos mas que parecem não levarem muito a sério a religião que professam*²⁸.

A título de ilustração sobre a suspeição que incidia sobre os muçulmanos, vários administradores revelaram suspeitas de que a ignorância relativamente à doutrina islâmica era apenas um expediente para camuflar intenções obscuras (Vakil, 2004: 29). A título de exemplo apresenta-se um dos vários *Juizados Ampliativos* em que o administrador informa: *O inquirido não respondeu a certos assuntos, alegando ignorância, mas julgo ser para esconder*²⁹.

Não era improvável que os inquiridos alegassem com sinceridade desconhecimento de aspectos doutrinários, rituais ou relativos a hierarquias e lideranças. Mas, por outro lado, se no que diz respeito a questões sensíveis (do lado das autoridades coloniais) o objectivo era medir níveis de reactividade, o desconhecimento veiculado pelos muçulmanos podia indiciar o recurso a estratégias defensivas derivadas do medo ou da necessidade de camuflagem. Neste sentido, se o conhecimento exibido era um dado relevante, os silêncios foram também elementos

²⁶ 20-09-1966, Cópia de Ofício, n.º 68/A/10, Confidencial, IANTT - SCCIM, n.º 411, fl. 22; 03-06-1966 [datação nossa], Ofício, n.º 270/E/7/3, Confidencial, IANTT - SCCIM, n.º 415, fls. 20-21.

²⁷ 14-04-1966, Ofício, n.º 177/E/7/3, Confidencial, enviado por Álvaro de G. e Melo, Inspector Provincial (Mopeia) ao Director dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações - Lourenço Marques, IANTT - SCCIM, n.º 415, fl. 25.

²⁸ 17-06-1966, Ofício, n.º 19/A/21, enviado pelo Adjunto do Administrador de Circunscrição de Tete, António Fernando Torres dos Santos ao Governador do distrito de Tete, IANTT - SCCIM, n.º 416, fl. 2.

²⁹ *Juízo Ampliativo* [:] *O inquirido não respondeu a certos assuntos, alegando ignorância, mas julgo ser para esconder*. 18-03-1966, Questionário de Momade Braímo, Xehe, assinado por Álvaro José Pires, Administrador do Posto Administrativo de Quixaxe, Distrito de Moçambique, 18-03-1966, IANTT - SCCIM, n.º 418, fls. 324-327.

significativos e tidos em conta pelos serviços, sobretudo quando incidiam sobre ligações e lideranças externas, *Guerra Santa* e propriedade comum dos crentes, que na óptica das autoridades coloniais, poderiam ser aproveitados pelos movimentos *subversivos*³⁰.

Na avaliação do rigor dos dados é importante realçar que boa parte dos inquiridos tinha um escasso ou nulo domínio da língua portuguesa, o que teve impacto na qualidade das respostas obtidas e introduziu, por vezes, um terceiro mediador, o tradutor (Macagno, 2006: 95).

É importante referir ainda, que durante a recolha de informação muitas das respostas foram padronizadas pelos Administradores de Posto, particularmente o *Juízo Ampliativo*, que consistia na avaliação genérica do inquirido, quanto ao seu saber relativamente à doutrina islâmica, prestígio e influência sobre a comunidade islâmica e lealdade à soberania portuguesa.

Finalmente, as dificuldades ocorridas na execução do questionário e os limites quanto à validade dos dados relacionam-se com a própria natureza do sistema colonial português, autoritário e policial, a que se juntam a falta de preparação e formação de boa parte dos quadros da administração local.

Apresentam-se em seguida elementos estatísticos recolhidos de algumas das tabelas encontradas no arquivo dos SCCIM, sobre os dados apurados por estes serviços no decorrer do questionário.

Tabelas	N.º
Inquiridos que realizaram peregrinação a Meca	16
Reconhecimento do Mufti Saide Abdallah Hassan Bin Abdul Rahman	176
Reconhecimento de Saide Momade Saide Habibo 'Bakri' como legítimo herdeiro do Mufti	77
Crença na crucificação de Cristo	250
Reconhecimento da Suserania do Sultão de Zanzibar	92

Quadro 2: Quadro síntese tratamento estatístico e resultados apurados pelos SCCIM relativos ao "Questionário – Islamismo".

Legenda: Tabelas adaptadas elaboradas com base nos quadros, sem data e sem autoria, relativos a elementos estatísticos Inquirido - Islamismo 1966, denominados "Indivíduos que foram a Meca"; "Indivíduos que reconhecem Saide Momade Saide Habibo 'Bakri' como legítimo herdeiro do velho Mufti"; "Indivíduos que declaram que Cristo morreu crucificado"; "Indivíduos que reconheciam como Suserano o Sultão de Zanzibar" IANTT – SCCIM n.º 413, pt. 2, fls. 266-272.

³⁰ Ver as notas 25, 30 e 31 em anexo ao guião do questionário. 02/1966, "Questionário e Notas Anexas – Islamismo em Moçambique", IANTT - SCCIM, n.º 408, fls. 19-21.

Nome	Cargo	N.º Subordinados
Abudo Gafuro	Xehe	25
Ali Mataia	Xehe	6
Amade Buramo	Xehe	39
Atumane Abdul Magude Magide	Xehe	35
Cassimo Tayob	Maulana	8
Chibuana Ali Namuanga	Xehe	57
Eburamo Ossufo	Xehe	9
Epuite Cassimo	Xehe	4
Ibraimo Cassamo Julai	Imamo	7
Iussufo Jamal	Chefe da Chadulia Licheruti	12
Jamal Essumaila	Alifa	7
Joaquim Mualeia	Alifa	7
Juma Antique	Xehe	4
Mangachaia Cacepe	Xehe	8
Maridade Insua	Xehe	9
Maridade Nahipa	Xehe	4
Mucuege Fernando	Xehe	4
Mussa Amade	Xehe	5
Mustafa Almeida ou José Joaquim Almeida	Xehe	5
Namudo Bramugi	Xehe	5
Saide Momade Saide Habibo 'Bacree'	Califa da Cadria Sadate	61
Sehage Moloquela	Xehe	7
Sualé Amada	Califa	4
Sualé Buanaueto	Xehe	6
Sualé Hahomed	Xehe	6
Tualibo Agira	Xehe	3
Xarifo Alide	Xehe	7

Quadro 3: Indivíduos com um mínimo de 4/5 subordinados.

Legenda: Tabela adaptada elaborada com base no quadro, sem data e sem autoria, relativo a elementos estatísticos Inquérito - Islamismo 1966. Este quadro denomina-se "Indivíduos com um mínimo de 4/5 subordinados". IANTT – SCCIM n.º 413, pt. 2, fls. 276-278.

Independentemente da avaliação do rigor qualitativo e quantitativo dos dados destaca-se que apesar da aparência etnográfica da iniciativa, os seus objectivos consistiam na obtenção de elementos para ulterior uso político. Neste sentido, em termos operacionais e quanto aos resultados obtidos, segundo Fernando Amaro Monteiro, este dispositivo serviu o propósito de identificar e reconhecer *Quem era 'quem' e 'o quê'; quem dependia de quem; de onde; porquê; para onde* (Monteiro, Vakil: 83)³¹ e nesse sentido, o seu autor, considera que a iniciativa foi bem sucedida. Com base na informação recolhida, Fernando Amaro Monteiro passou a dispor de mais dados acerca das redes e natureza das ligações externas entre os muçulmanos

³¹ Entrevista realizada por Abdoolkarim Vakil a Fernando Amaro Monteiro (não publicada).

de Moçambique e os de outros países (Zanzibar, Paquistão, Arábia Saudita e Comores). E pouco tempo depois, liderou três missões de estudo para aprofundar os resultados e falar directamente com os líderes identificados³².

Posteriormente a administração colonial intentou comprometer as lideranças muçulmanas com o poder português no âmbito da *Acção Psicológica*. É neste contexto que se inserem, por exemplo, o projecto, que nunca veio a ter concretização efectiva, de criação de um *Ijmâ* ou *Conselho de Notáveis*, e sobretudo, em 15 de Agosto de 1972, a reunião do conjunto de dignitários muçulmanos que validaram a já referida tradução, edição e difusão, em língua portuguesa, dos Hadiths de El-Bokhari³³. Simbolicamente, uma forma de promover de forma enquadrada e controlada pelo poder colonial português, o sentido identitário dos muçulmanos e a sua integração na nação *pluricontinental, multiracial e multirreligiosa* portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na apreciação do *Questionário - Islamismo* enquanto fonte histórica devem ter-se em conta o contexto histórico e objectivos que ditaram a sua

³² Novembro de 1968: Ilha de Moçambique, Lumbo, Cabaceira, Mossuril, Sanculo, António Enes, Ilha de Quíloa; Janeiro/Fevereiro de 1969: Inhambane, Lourenço Marques, Gaza. Julho/Agosto de 1969: Niassa, Tete, Manica and Sofala. Entrevista realizada por Abdoolkarim Vakil a Fernando Amaro Monteiro (não publicada), p. 102; Relatório, S/Referência, Secreto, 1968-11, emitido por Fernando Amaro Monteiro, Adjunto dos SCCIM. Assunto: “Relatório de Serviço nos Distritos de Moçambique e Cabo Delgado de 6 a 23 de Novembro de 1968.” IANTT, SCCIM n.º 412, fls. 363-371; Relatório, Sem Referência, Secreto, 1969-02-20, emitido por Fernando Amaro Monteiro, Adjunto dos SCCIM. Assunto: “Relatório de Serviço nos distritos de Inhambane (de 22 de Janeiro de 1969), Lourenço Marques (de 31 de Janeiro de 1969 a 2 de Fevereiro 1969) e Gaza (de 5 de Fevereiro de 1969 a 7 de Fevereiro de 1969)” IANTT, SCCIM n.º 412, fls. 318-322; Relatório, S/Referência, Secreto, 1969-09-09, da autoria de Fernando Amaro Monteiro, na qualidade de Adjunto dos SCIM. Assunto: “Relatório de serviço nos distritos do Niassa, Moçambique, Zambézia, Tete e Manica e Sofala, de 10 de Julho a 2 de Agosto de 1969”. IANTT, SCCIM n.º 412, fls. 153-166.

³³ No entanto, não podemos deixar de assinalar, ainda que de forma incipiente e sem avançar hipóteses explicativas que a informação constante no Quadro III, quando confrontada com os nomes dos dignitários que validaram a tradução portuguesa da selecção dos *Hadiths* (que assinalámos na tabela a negrito) revela que apenas quatro constam na tabela elaborada pelos SCCIM. Os dignitários que validaram a referida tradução foram os seguintes: Xehe Mussá Amade Dulá, Maulana Cassimo Tayob (Lourenço Marques), Maulana Hagi Mahamud Muhammad Maniar (Quelimane), Maulana Hafiz Muhammad Yacub (Vila Pery), Xehe Momade Issufo (Lourenço Marques), Xehe Momade Said Mujabo (Ilha de Moçambique), Xerife Seyyid Said Mohammed Said Habib Bakr (Ilha de Moçambique), Xehe Mahamundo Hagi Selemangi, da Confraria Cadiria Sadate, Xehe Cassimo Ali Mussagy (Lourenço Marques e Inhambane), Imamo Baua Mahommed Rachid (Beira), Xehe Abdurraimane Aiuba (Bajone, Zambézia), Xehe Abudo Michongue (Vila Cabral), Xehe Cassimo Abdala (Vila Cabral), Xehe Maridade Nahipa (Nova Freixo), Xehe Sirage Mucuaiaia (Marrupa), Xehe Hagu Said Amur Jimba (Ilha de Moçambique), da Confraria Chadulia Liaxuruti, Halifa Bichehe Amade, em representação de Xehe Ainadine Momade Ainadine (Nacala-a-Velha), da Confraria Cadiria Saliquina, Xehe Mussagy Hagy Sacugy (Cabaceira), da Confraria Chadulia Itifaque, Xehe Abdurrazaque Assane Osumane Jamú (Ilha de Moçambique), da Confraria Cadiria Bagdad, Xehe Cassimo Ali (Ilha de Moçambique), da Confraria Chadulia Madania, Halifa Ussene Said, em representação do Xehe Haribo Muzé (Ilha de Moçambique), da Confraria Cadiria Macheraba, Xehe Abubcar Calamo (Ilha de Moçambique), da Confraria Cadiria Jailane. El-Bokhari, Abu Abdallah Mohammed Ben Ismail Ben Ibrahim (1972), *Tradições Muçulmanas*. Adaptada da Tradução Francesa de G.H. Bousquet, Lourenço Marques: Edição Popular promovida pelo Governo-Geral de Moçambique.

elaboração e execução, os limites epistemológicos que daí resultam, assim como a indispensabilidade de confrontar as informações veiculadas com outras fontes históricas e recursos nomeadamente, os testemunhos pós-coloniais. No entanto, é inegável que este extenso agregado documental constitui uma fonte de informação particularmente rica acerca da estratégia de governança colonial do Islão, em Moçambique, bem como das imagens, representações e categorias que lhe estiveram associadas. Porquanto no decurso da recolha de dados foram apurados, pelas autoridades coloniais, elementos relativos à incidência étnica, geografia religiosa, mobilidade dos dignitários islâmicos, ambiente social e económico, relações e dinâmicas familiares, aptidões linguísticas, ensino e conhecimentos sobre doutrina islâmica, práticas rituais, sincretismo religioso, assim como informação acerca das ligações e hierarquias internas e externas.

Enquanto estudo de caso apresenta também várias singularidades, que se relacionam com a sua natureza híbrida, extensão, âmbito e circunstâncias de implementação no terreno. A sua natureza híbrida fica patente na articulação tensional entre Antropologia e *intelligence*, em que a combinação de uma aparência etnográfica com o uso de recursos empregues em interrogatórios, revela o primado dos objectivos políticos que presidiram à sua elaboração e execução. Na verdade, os dados empíricos recolhidos não se destinavam a estudiosos, académicos, intelectuais e/ou missionários. O objectivo não era a aquisição de dados científicos, mas de informação operacional rigorosa, passível de ser utilizada politicamente, na concepção de uma estratégia de governança no quadro da *Acção Psicológica*. A utilidade política deste dispositivo de conhecimento é evidente para um aparelho colonial apostado na auto-preservação.

No que respeita à sua extensão, âmbito e circunstâncias de implementação, o *Questionário - Islamismo* foi levado a cabo em contexto de guerra e teve, não obstante, um âmbito de implementação territorial alargado que abrangeu toda a colónia de Moçambique. Foi um estudo especificamente destinado ao Islão Sunita Africano que cobriu sistematicamente as suas áreas de implantação. Foi promovido e dirigido por uma agência de informações colonial, de âmbito local, os SCCIM e contou com a colaboração dos

Administradores de Posto, esteve portanto fora do escopo das várias agências e mediadores ligados à administração colonial central.

Finalmente, este estudo de caso contribui para a reflexão acerca do valor, papel e relação entre os poderes e os saberes, bem como dos seus mediadores e agentes em contexto colonial. É ainda uma oportunidade para analisar uma das facetas que podem assumir os *information-panics* que derivam da instabilidade, fraqueza, vulnerabilidade e isolamento das autoridades coloniais relativamente ao Outro (Bayly, 1993: 19). Estes elementos foram agudamente expostos pela luta de libertação, em Moçambique, e estiveram directamente ligados à produção de conhecimento que potenciou o estabelecimento de *dividing practices* (Foucault, 1982: 777-778).

No fundo, o *Questionário - Islamismo* levanta uma questão absolutamente central e que só uma investigação mais alargada pode vir a clarificar: em que medida, em contexto colonial, o *corpus* de saberes progressivamente constituído e desenvolvido relativamente aos muçulmanos de Moçambique, forneceu os elementos necessários para diferenciar comunidades e/ou sectores das mesmas com o objectivo de as vigiar, reprimir e/ou granjear o seu apoio? Neste sentido, a governança do Islão encetada, a partir de meados da década de 1960, pode ter correspondido a uma estratégia de contra-vulnerabilidade em que conhecimento, agências e mediadores, constituíram elementos relevantes no gizar de estratégias de governança e concorreram para o desígnio do reforço e preservação da dominação colonial, ainda que, contra os *ventos da história*.

BIBLIOGRAFIA

- Alpers, E. (1999), «Islam in the Service of Colonialism? Portuguese Strategy during the Armed Liberation Struggle in Mozambique». *Lusotopie 1999: Dynamiques religieuses en lusophonie contemporaine*, 165-184.
- Bayly, C. A. (1993), «Knowing the Country: Empire and Information in India». *Modern Asian Studies*. Special Issue: How Social, Political and Cultural Information is Collected, Defined, Used and Analyzed, 27, 1: 3-43.
- Bastos, S. (2008), «Ambivalence and Phantasm in the Portuguese Colonial Discourse Production on Indians». *Lusotopie XV* (1): 77-95.
- Cahen, M. (2000), «L'État Nouveau et la diversification religieuse au Mozambique, 1930-1974 – II. La portugalisation désespérée (1959-1974)». *Cahiers d'Études africaines*, 159 (XL-3), 551-592.
- Cooper, Frederick; Stoler, Ann L. (1989), "Introduction Tensions of Empire: Colonial Control and Visions of Rule". *American Ethnologist*, 4 (Vol. 16): 609-621.

- Foucault, Michel (1982), "The Subject and Power". *Critical Inquiry*, 8, 4: 777-795.
- Macagno, L. (2006), *Outros Muçulmanos: Islão e Narrativas Coloniais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Machaqueiro, M. (2009), "Social Visibility as Power Relation: the Case of Muslims in the Portuguese Colonies". Ibarrola, A., Lindo, F., Rosales, M., Westin, C. (eds.), *Politics of (In)visibility*. Amsterdam: Amsterdam University Press (forthcoming).
- Machaqueiro, M. (2010), "Portuguese Colonialism and the Islamic Community of Lisbon". V. Bader, A. Moors and M. Maussen (eds.), *Changes in Colonial and Post-Colonial Governance of Islam. Continuities and Ruptures*. Amsterdam: Amsterdam University Press (forthcoming).
- Mateus, Dalila Cabrita (2004), *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar.
- Monteiro, F. A. (1993), *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)*. Porto: Universidade Portucalense.
- Monteiro, Fernando Amaro; Vakil, Abdoolkarim (s.d.), "Memória Arquivada": Fernando Amaro Monteiro. O Islão e a Política Colonial em Moçambique, texto não publicado.
- Rosas, Fernando (coord.) (1994), *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*, Vol.VII, (Dir. Geral José Mattoso) s.l.: Círculo de Leitores.
- Souto, Amélia Neves (2007), *Caetano e o ocaso do «Império» : administração e guerra colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*, Porto: Afrontamento.
- Vakil, A. (2003), «Questões Inacabadas: Colonialismo, Islão e Portugalidade», in Ribeiro, M. and Ferreira, A- (eds.), *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 255-293.